



TRABALHO SOCIAL NO AMBIENTE EDUCACIONAL: Elaboração de projetos de intervenção social para alunos carentes
SOCIAL WORK IN THE EDUCATIONAL ENVIRONMENT: Elaboration of social intervention projects for needy students

ODORICO, Artemia de Almeida¹

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa consiste em compreender a inserção do assistente social no campo da educação no processo de intervenção social para alunos carentes. O trabalho apresentado utiliza com o tipo de pesquisa qualitativa, bem como porque questiona os meios pelos quais o assistente social pode contribuir para a integralização das políticas públicas de educação, todo conhecimento tem como fundamento um compromisso com valores. Os resultados da pesquisa revelaram que, as atribuições do assistente social na educação podem contribuir para integralizar políticas públicas de educação com uma prática profissional, promovendo significativamente a inclusão social, formação de cidadania e emancipação dos sujeitos sociais, não devendo, portanto, seguir uma regra geral, uma vez que a demanda produz a intervenção como no caso dos municípios que carecem da intersectorialidade, a qual esteja embasada no diálogo, participação, envolvimento e articulação das equipes envolvidas no âmbito educacional. Por meio desta forma de articulação os envolvidos se aproximam e se tornam coparticipantes ativos e atuantes, dentro da mesma forma de intervir.

Palavras-chave: Políticas de Educação. Serviço Social. Demandas. Inclusão

ABSTRATC

The objective of this research is to understand the insertion of the social worker in the field of education in the process of social intervention for needy students. The work presented uses the type of qualitative research, as well as because it questions the means by which the social worker can contribute to the integration of public education policies, all knowledge is based on a commitment to values. The research results revealed that the attributions of the social worker in education can contribute to integrate public education policies with a professional practice, significantly promoting social inclusion, citizenship formation and emancipation of social subjects, and therefore should not follow a rule general, since demand produces intervention, as in the case of municipalities that lack intersectorality, which is based on dialogue,

¹ Graduada em Serviço Social (Universidade Salgado de Oliveira). Pós-graduada em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias). Pós-graduada em Gestão de Projetos e Programas Sociais (Faculdade FaSouza). E-mail: artemiaalmeida@gmail.com

participation, involvement and articulation of the teams involved in the educational scope. Through this form of articulation, those involved get closer and become active and active co-participants, within the same way of intervening.

Keywords: Education Policies. Social service. demands. Inclusion

1 INTRODUÇÃO

Tomando como recorte o campo educacional, como vimos anteriormente, por séculos, a educação era privilégios para poucos, sendo que apenas uma pequenina parcela da sociedade recebia atenção prioritária. Desta forma, a educação era excludente, elitista e seletiva.

Na década de 30, a Constituição regia muito sutilmente a ideia de direito à educação, mas este não vingou sob a forma de garantia constitucional. O tema educação manteve-se em constante debate ao longo do século XX, e somente em 1988 foi feita a inclusão deste direito como um dos fundamentos da Constituição Federal.

Assim, a partir da década de 1990 foram adotadas políticas e criados programas, como o Programa de Erradicação do trabalho infantil (PETI), o Programa Nacional de Renda Mínima, “Bolsa Escola”, o Programa Brasil Jovem e o Programa Bolsa Família. Todos esses planos foram propostos do governo em prol de minimizar o analfabetismo de crianças, jovens e adultos

Partindo de uma breve análise da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, podemos observar que estão postos os mesmos princípios da Declaração dos Direitos Humanos, além de introduzir no país uma nova visão de prática administrativa, descentralizando o poder.

Pode-se afirmar então, que atualmente a educação, em termos de Brasil, é tratada como uma política social que deve ter como compromisso fundamental a garantia dos direitos do cidadão. Dentro deste contexto, o setor educacional tem o papel de possibilitar o aprendizado e o exercício pleno da cidadania.

Nesta perspectiva, cabe salientar que a atuação do Serviço Social na escola tem como grande desafio, o trabalho interdisciplinar, além de atuar nas inúmeras complexidades que estão expressas tanto nas relações externas, como a família e a sociedade, quanto nas particularidades que envolvem o espaço educacional.

Além disso, no que tange à sua dimensão prática, o trabalho é de grande relevância social, visto que poderá subsidiar ações relativas à inserção do assistente social na educação. Neste contexto foi elaborado o seguinte problema de pesquisa: Quais os meios pelos quais o assistente social pode contribuir para a integralização das políticas públicas de educação?

A hipótese da pesquisa foi que o assistente social na educação pode contribuir para integralizar políticas públicas de educação com uma prática profissional que promova inclusão social, formação de cidadania e emancipação dos sujeitos sociais.

O presente estudo tem como objetivo compreender a inserção do assistente social no campo da educação no processo de intervenção social para alunos carentes.

Assim a pesquisa bibliográfica baseada na análise da bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas, imprensa escrita. Enfim, entende-se que este tipo de pesquisa certamente irá contribuir para que, sejam obtidas informações sobre a situação atual do problema pesquisado, visando, assim, promover novos debates e fomento à produção contínua de conhecimento.

2 DESENVOLVIMENTO

Nesta seção está discorrido o desenvolvimento, considerada como a parte principal do artigo, em que são reveladas, de forma organizada e pormenorizada, as ideias apresentadas. Considerou-se pertinente separar em seções e subseções, dependendo da forma de a discorrer melhor a abordagem do tema tratado.

2.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Antes de pensarmos sobre as contribuições do serviço social frente às políticas públicas de educação na realidade escolar no Brasil, se faz necessário refletir sobre o que são políticas públicas.

Como apontado por SOUZA (2006, p.26), existe uma série de definições a respeito do que são políticas públicas. Alguns autores consideram que políticas

públicas são definidas de vários olhares, outros as definem como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas ou como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.

Por sua vez, há autores que consideram políticas públicas como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Há ainda os que sintetizam a definição de política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer" (SOUZA, 2006, p. 26).

Com base nas definições acima mencionadas, neste trabalho, entendemos como políticas públicas ações voltadas para o campo do conhecer para compreender, e buscar implementar ações que possam solucionar problemas socioeconômicos.

Por conseguinte, o Estado passou a adotar algumas ações voltadas à inclusão sócio-educacional. O Ministério da Educação (MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) desempenharam importante papel neste sentido, convocando sociedade civil, famílias e empresas, entre outras instituições, a se engajar na inserção dos indivíduos na educação. Além disso, o Estado buscou realizar uma interlocução entre a educação e a Política Nacional de Assistência Social, com o intuito de garantir o pleno gozo dos direitos e a inclusão social, especialmente de famílias carentes, vulneráveis e excluídos.

Desse modo os municípios se tornaram mais autônomos politicamente, podendo tomar decisões e utilizar os recursos nas áreas públicas que necessitam de maior assistência. A Educação Especial deverá estar sempre entre elas (BRASIL, 1988).

Outro dispositivo legal brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente, (ECA), Lei nº 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990, dispõe em seu Art. 54 que "é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente": Inciso II. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1990).

Em seu Art. 2º, o ECA, considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos. É considerado adolescente, o sujeito de 12 anos completos a 18 anos. (BRASIL, 1990). No Art. 55 é colocado que "os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino". (Brasil, 1990).

Colocando a família como corresponsável pela educação dos filhos, dividindo a responsabilidade com a escola e o Estado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 4.024/61, garantiu o direito à educação, estabelecendo em seu Artigo 88 a integração na comunidade esses alunos deveriam enquadrar-se, dentro do possível, no sistema geral de educação (BRASIL, 1990).

A educação brasileira, pública ou privada, teve vários direitos conquistados e assegurados a partir da Constituição Brasileira de 1988. A violação ao direito à educação deve ser denunciada aos órgãos de proteção como o Ministério Público, Secretaria de Educação, Conselho Tutelar, Conselho Estadual e/ou Municipal de Educação e, nos casos de ensino privado, também o PROCON.

2.2 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES

Os direitos sociais são garantidos a todos os cidadãos através da Constituição. Um desses direitos é a educação. E as políticas públicas educacionais são de suma importância para que o direito à educação seja assegurado a todos, em uma sociedade marcada por tantas desigualdades sociais, econômicas e regionais, como a brasileira. De acordo com PERONI (2008, p. 8):

Quando debatemos a qualidade da educação, a principal questão é pensar em uma educação de qualidade para todos o que é muito diferente de pensar em educação de qualidade para alguns. A escola historicamente não atendeu a todos, o direito à educação requer que pensemos uma escola para os que historicamente estiveram fora.

Como aponta o site Todos pela Educação (TODOS, 2020), existem quatro tipos de Políticas públicas que afetam a vida da sociedade;

As Políticas Públicas distributivas cuja principal função é distribuir alguns serviços, bens ou quantias a apenas uma parte da sociedade. Como exemplo teríamos o direcionamento de dinheiro público para áreas que sofrem com enchentes; no recorte Educação, eles se referem as cotas.

As Políticas Públicas redistributivas cujo principal atributo é redistribuir bens, serviços ou recursos para uma parcela da população, retirando o dinheiro do orçamento de todos. Tomando como exemplo disso seria o sistema previdenciário; na Educação seria a política de financiamento educacional, onde há um fundo em que todos os municípios e estados colocam dinheiro, mas que depois é repartido conforme as matrículas e não de acordo com a contribuição de cada um.

As Políticas Públicas regulatórias, essas medidas estabelecem regras para padrões de comportamento. São bastante conhecidas, pois tomam a forma de leis. Um exemplo muito comum são as regulações do trânsito; na Educação, podemos citar a lei que organiza a área, como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

As Políticas Públicas constitutivas, esse nome difícil quer dizer que elas estabelecem as “regras do jogo”. Isto é, são elas que dizem como, por quem e quando as políticas públicas podem ser criadas. O conceito pode parecer obscuro, mas quer saber uma que atinge a vida de todos nós? A distribuição de responsabilidade entre municípios, estados e Governo Federal. Na Educação, por exemplo, municípios são responsáveis pela Educação Infantil e Ensino Fundamental 1; estados pela Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio; e o Governo Federal pela Educação Superior.

É importante que a população fiscalize as condutas dos governos, porque uma política pública implementada e bem direcionada, garante a legitimidade de direitos para todos os indivíduos.

2.3 ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A Cartilha do Conselho Federal do Serviço Social (CFESS) traz o papel do assistente social na educação, e diz que a contribuição para garantir esse direito à sociedade, perpassa por temas importantes, como a realidade social, econômica e cultural presente no dia a dia, mas que muitas vezes passam despercebidas pela escola (CFESS, 2011 p 11).

Como apontado por SAGGIN (2018, p. 89), a educação é a base para uma sociedade contemporânea, e a inserção do profissional de assistente social na política de educação é o resultado das necessidades sociais geradas pelas manifestações da

questão social no ambiente escolar. Nota-se, dessa forma, o entendimento de que a educação é necessária e essencial para sociedade e de que é preciso compreender a educação como um todo, e não de uma forma alienada.

Segundo VIEIRA (2016, p. 29), no âmbito escolar, “cabia ao Serviço Social”

[...] o atendimento individual junto ao aluno e sua família, através do modelo Serviço Social de Caso, identificando problemas sociais que repercutiam na escola, propondo ações que tinham por finalidade o ajustamento social do aluno ao ambiente escolar.

Para SAGGIN (2018, p. 89), nos últimos anos, no entanto, a posição ética e política da categoria vem agregando a grupos de maior vulnerabilidade na população. Isso está regulamentado no exercício da profissão do assistente social, como a Lei de Regulamentação da Profissão de (1993) assim como no Código de Ética da Assistente Social (1993), e também nas Diretrizes Curriculares para o Curso De serviço Social (1996), com o viés voltado para um profissional com uma formação acadêmica que busca a perspectiva crítica.

Segundo (SAGGIN, 2018, p. 90),

O conjunto CFESS-CRESS, a partir de 2001, incentivou e organizou este debate, de onde foram gerados os documentos que têm servido de aporte aos assistentes sociais em exercício na educação. A análise crítica destas produções resultou frutífera e acredita-se, pelo aprofundamento da discussão e produção teórica, que é determinante e viável atualizá-los em prol da sua qualificação.

O CFESS afirma que a pauta é complexa, diante do cenário social no qual a escola e os discentes estão inseridos, e ressalta que é preciso aprofundar o tema e trazer a importância da função social da escola, buscando aproximar a família do contexto escolar. De acordo com o conselho, “O baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado e evasão escolar, dentre outros, tem sido citado com grandes dificuldades de avanço destes alunos”

Todo esse processo que perpassa junto aos discentes e docentes parte de um grande desafio do sistema público do Brasil, até porque, se é de responsabilidade do Estado prover educação pública e garantir que os alunos tenham acesso e permanência no ambiente escolar, por consequência, terá que partir do Estado um

sistema com infraestrutura necessária para poder assegurar esses direitos (CFESS, 2011).

Nota-se, desta forma, que existe uma necessidade posta no âmbito educacional, onde a figura do profissional de assistente social se encaixa de forma agregadora. Com o papel de tratar da questão social, das demandas e requisições para atendimentos das políticas sociais, do acolhimento entre outras dimensões educativas, o trabalho do assistente social adquire uma relevância, pois, além das orientações e da socialização de informações sobre os direitos, políticas e serviços sociais, traz o viés do fortalecimento destes aspectos no ambiente escolar.

A partir desse olhar mais social é possível incentivar ocupações antes não observadas dentro da comunidade escolar, e o assistente social pode contribuir para a construção de um ambiente mais social, acolhedor e democrático, dentro da realidade vivida pelos docentes e discentes.

2.4 ATRIBUIÇÕES DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL PARA ALUNOS CARENTES

De acordo com SILVA (2018), depois de tantas lutas e conquistas, pode-se afirmar que hoje o setor educacional, tem como papel fundamental, o acesso ao conhecimento, possibilitando as pessoas a autonomia, e a capacidade de participar efetivamente das políticas e continuarem assim a lutar por igualdade de direitos.

Nesta perspectiva, diante da questão da evasão escolar presente nas escolas, o Serviço Social tem amplas possibilidades de intervir juntamente com os profissionais da educação e com os próprios alunos. Assim, ao elaborar programas e projetos de trabalhos interdisciplinares, os assistentes sociais, necessitam conhecer a totalidade dos problemas que emergem dentro do espaço educacional, e intervir pela práxis, sem perder de vista a visão de totalidade da realidade. (FAVARATO, 2016, p. 156).

Com isto, faz-se necessário delimitar seus campos de atuação e planejar ações com vistas à ampliação de conhecimentos, atendimentos às demandas e provável superação de desafios que surgem no cotidiano escolar.

No entendimento de ALMEIDA (2014) a integralização das políticas públicas de educação, portanto, possibilita a maximização do aprendizado, propiciando aos educadores uma maior interação com os educandos. As reconfigurações sucessivas da sociedade fazem com que os profissionais do âmbito educacional sejam criativos, flexíveis e saibam atuar em grupo. Estas competências devem estar implementadas como parte das práticas dos profissionais envolvidos no processo pedagógico das escolas juntamente com a atuação do Serviço Social.

Concorda-se com a afirmação de Fernandes (2013, p.12) que “a concepção do povo e de sua ação como sujeito político exige uma revisão profunda na relação tradicional entre educação, cidadania e participação política”. Assim, nos processos de luta e organização social, a dimensão educativa, pode-se constituir em um elemento fundamental para a formação do cidadão, no sentido pleno da palavra, que além de conhecer seus direitos e deveres, também está preparado para atuar politicamente.

Diante disso, apreende-se que a cidadania pode ser distorcida tanto no seu entendimento quanto na forma de difundir o conceito, assim, pode ser entendida como um formato de mentalidade alienada na qual toda uma sociedade foi direcionada ou catequizada a pensar, possibilitando-lhes a vinculação e crença de que, para ser cidadão basta ser possuidor de direitos, ou seja, tratando-a com o foco da legalidade.

Percebe-se que alguns desafios se colocam para o trabalho do assistente social neste percurso, tanto com relação à resolução de uma série de conflitos de natureza sócio institucional, na educação escolarizada.

Na medida em que esbarra em diferentes concepções presentes nessa área sobre a relação entre educação e assistência; ou reduzindo-a a um conjunto de ações assistencialistas, ou a uma relação que pouco tem a ver com a dinâmica escolar, caracterizando-se como uma necessidade estranha à dinâmica escolar, assim:

As demandas provenientes do setor educacional no que se refere a sua ação ou ao fazer profissional do Serviço Social recaem em diversas situações. Tem-se assim, a necessidade de trabalhar com crianças e adolescentes, suas famílias e muitas vezes atender solicitações de trabalho com os próprios professores, sem deixar de lado a ação junto ao campo educacional, mediada pelos programas e ações assistenciais que tem marcado o trabalho dos profissionais do Serviço Social. (ALMEIDA, 2000 Apud SANTOS, 2010 p. 19-20).

Nesta perspectiva, segundo o entendimento da coordenadora entrevistada, torna-se importante o Serviço Social na educação, tendo como função reconhecer que diante dos graves problemas da sociedade, como: falta de emprego, sem valorização do profissional, aumento da violência e alterações das relações familiares, há uma desestruturação no ambiente escolar.

O Serviço Social frente às demandas enfrentadas no âmbito educacional poderá identificar os aspectos sociais, culturais e econômicos que atingem as famílias e terá como ponto inicial e como grande desafio, contribuir na formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, conhecedores dos Direitos Humanos para o exercício pleno da cidadania e não somente uma cidadania expressa na teoria (ALMEIDA, 2010).

A atuação do Serviço Social no contexto escolar se caracteriza como um trabalho socioeducativo, uma vez que procura propor a interação entre os alunos à comunidade escolar e sua família, levando em consideração que os familiares e a escola constituem consolidação do ser enquanto cidadão e ser crítico na realidade em que convive, sendo necessário repensar as estratégias de fortalecimento dos indivíduos, assim como integrar a comunidade escolar nas questões que envolvem a evasão escolar, por meio de ações que possibilite corroborar as potencialidades dos educandos viabilizando políticas de inclusão de alunos carentes. Segundo JUNQUEIRA (2014, p. 27) “cada política social encaminha a seu modo uma solução, sem considerar o cidadão na sua totalidade e nem a ação das outras políticas sociais[...]”.

É possível uma contribuição do Serviço Social a no Plano Municipal de Educação (PME), na medida em que ao integrar-se com o espaço educacional em relação ao problema da evasão escolar, favorece a constituição de equipes interdisciplinares capazes de pensar e projetar a formação de alunos cidadãos, especialmente quando nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, formalmente, decidem incluir nos currículos a formação para os Direitos Humanos, visando à construção coletiva de alunos cidadãos, tomando como referência a interação e a indissociabilidade entre os conhecimentos teóricos e práticos que fomentam o exercício da cidadania e assim, formar alunos-cidadãos.

Embora haja referências concretas sobre a atuação do assistente social no espaço escolar e as possibilidades de contribuições deste profissional neste espaço, sabe-se, entretanto, que por ser um campo de atuação ainda muito pouco explorado, arrisca-se aqui, um posicionamento de que a identidade deste profissional poderá ser construída no processo, a partir das experiências vivenciadas no interior destes espaços (ARSÊNIO; SILVA, 2014).

Para o exercício pleno da Cidadania, que, por muito tempo foram negados e ignorados no Brasil, é importante ressaltar que o trabalho desenvolvido na área educacional necessita de uma equipe interdisciplinar, tendo em vista que a presença do assistente social no espaço escolar, por si só, não consegue dar conta das demandas surgidas neste espaço.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da presente pesquisa foi possível apreender que o Assistente Social na educação pode contribuir para integralizar projetos de intervenção social para alunos carentes com uma prática profissional que promova inclusão social. O presente estudo possibilitou conhecer os Projetos de Lei a favor da implantação do Serviço Social no contexto educacional.

Verificou-se no estudo, que o Serviço Social no cenário brasileiro atuava sob a perspectiva capitalista e tinha como de atribuição possibilitar a manutenção da ordem, possibilitando uma visão reflexiva da atuação na fomentação de políticas de educação para viabilizar a inclusão. Vale mencionar que o Assistente Social está sempre atento as demandas para a concretização, modificação e atualização, pois as questões sociais estão sempre apresentando novos desafios, fazendo com que este profissional se molde conforme as demandas da expressão social.

Para o processo de construção de uma nova sociedade, mais justa, mais igualitária, que se aproxime do atendimento às necessidades dos alunos das escolas publicas, se faz necessária a participação da sociedade civil, o exercício ativo da cidadania, a mobilização, porque temos visto que o poder público no Brasil necessita da pressão social e da pressão internacional, para a formulação de políticas sociais.

Ao longo deste trabalho, buscou-se a compreensão, para a formação de alunos cidadãos e ainda a importância do papel das políticas de educação na formação destes alunos, a educação em direitos humanos deve ser um dos eixos fundamentais da educação básica e permear o currículo, sendo que, para isso, é preciso capacitar o profissional de educação e ainda fornecer instrumentais, que no caso da educação são os referenciais teóricos capazes de serem traduzidos em metodologias a serem aplicadas em sala de aula. Há que se considerar ainda que, quando o professor consegue cumprir com as Diretrizes Curriculares Nacionais, não o faz, sem desconsiderar que o contexto econômico pode influenciar na formação e na convivência em sociedade desses cidadãos.

De modo geral observou-se que as atribuições do assistente social na elaboração de projetos de intervenção social para alunos carentes podem contribuir para integralizar políticas públicas de educação com uma prática profissional, promovendo significativamente a inclusão social, formação de cidadania e emancipação dos sujeitos sociais, não devendo portanto, seguir uma regra geral, uma vez que a demanda produz a intervenção como no caso dos municípios que carecem da intersetorialidade, a qual esteja embasada no diálogo, participação, envolvimento e articulação das equipes envolvidas no âmbito educacional. Por meio desta forma de articulação os envolvidos se aproximam e se tornam coparticipantes ativos e atuantes, dentro da mesma forma de intervir.

Por fim, sugere-se que sejam realizadas pesquisas futuras que viabilizem investigações com intuito de uma análise conjunta e uma capacidade compreender o contexto social em que os alunos e suas famílias estão inseridos, verificando algumas fragilidades acerca da à mobilização, participação e controle sociais e nos seus desdobramentos de controle social e educação popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Texeira de. O Serviço Social na Educação. IN: **Revista Inscrita**. CFESS, 2014.

_____. **O Serviço Social na Educação**. IN: **Revista Inscrita**. CFESS, 2010.

TRABALHO SOCIAL NO AMBIENTE EDUCACIONAL: ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL PARA ALUNOS CARENTES. AUTOR(A): ODORICO, ARTEMIA DE ALMEIDA.

ACKOFF, Roussel. **Planejamento de Pesquisa Social**. São Paulo: Herder-EDUSP, 2017.

ARSÊNIO, Gessica dos Santos. SILVA, Marcela Mary José da. **O chão do Serviço Social na Educação: Realidade das escolas públicas municipais no Recôncavo baiano**. In: Anais I CONEDU. Campina Grande: Editora Realize, 2014. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Modalidade_4datahora_14_08_2014_16_01_07_idinscrito_33085_0873068b1d8c7c26b8e2b9e2ee747335.pdf. Acesso em: 18 de julho 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Fundamental**, de 17 de dezembro de 2009. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com...>. Acesso em: 18 julho 2022.

_____. **Lei nº 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990**. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html...>](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html...). Acesso em: 18 julho 2022.

_____. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 16/7/1990, p.13.563. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccvil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em 2/11/2022.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2001. Disponível em: 0. Acesso em 31 de maio de 2020.

FAVARATO, Mariana Fornaciari. **O trabalho de assistentes sociais nas secretarias municipais de educação do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

FERNANDES, Luciane Alves; GOMES, José Mário Matsumura. **Relatórios de pesquisa nas ciências sociais: características e modalidades de investigação**. In: Contexto. v. 3, n. 4, 2013.

FIGUEIREDO, Charles Barros de. **O Trabalho Do Assistente Social Na Educação: Demonstração Do Plano De Ação Na Escola**. Disponível em: http://www.cress-mg.org.br/arquivos/o_trabalho_do_assistente_social_na_educacao.pdf > Visualizado em: 28/07/2022.

JUNQUEIRA, H. I. **Quase duas décadas de reconceituação do Serviço Social: uma abordagem crítica.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, ano II, n. 4, p. 1-38, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina Andrade. **Fundamento de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2014.

PERONI, V. M. V. (2008). Políticas públicas e gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. Texto apresentado na ANPED Sul.

SAGGIN, Vanessa Gabriela. **O trabalho do assistente social na Educação Básica: análise da sua configuração nos Colégios de Aplicação do Brasil.** Tese. (Doutorado em Serviço Social). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, 2018.

SANTOS, André Michel dos. **Serviço Social na Educação: um estudo das atribuições profissionais em escolas públicas municipais.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, 2019.

SILVA, André Michael dos. **Educação e serviço social juntos enfrentando a questão social.** 3 Ed. Atlas Educar, São Paulo, 2018.

SOUZA, C. (2006). **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, (16), 20-45.

TODOS Pela Educação. **O que é uma política pública e como ela afeta sua vida?** maio de 2020. [https://](https://todospelaeducacao.org.br/noticias/o-que-e-uma-politica-publica-e-como-ela-afeta-sua-vida) Disponível em: todospelaeducacao.org.br/noticias/o-que-e-uma-politica-publica-e-como-ela-afeta-sua-vida. Acesso em: 28 novembro 2020.

VIEIRA, Maria Figueiredo. **O serviço social na política de educação Escolar.** Dissertação (Mestrado em Educação). Pouso Alegre/MG: Universidade do Vale do Sapucaí, 2016.